

União falsa:

A política da língua portuguesa no Brasil

Nathan Hogan

Introdução

Antônio de Nebrija, autor da primeira gramática da língua castelhana e do primeiro dicionário espanhol, disse à rainha Isabella de Espanha: “Vossa Majestade, a língua sempre era companheira do império”. A língua é o centro de cada sistema legislativo do mundo. É a fundação de leis, constituições, contratos de negócios, acordos de paz e muitos outros documentos e instituições governamentais. A língua tem mais poder e autoridade do que qualquer outro método de expressão. Por este motivo, a língua é uma ferramenta poderosa que os reis, presidentes, assembleias legislativas e outros líderes usam para alcançar seus objetivos políticos.

Um dos objetivos mais importantes de um governo é unir o povo que comanda. Num país tão diverso como o Brasil, a união é extremamente importante. Com mais de 26 estados e várias etnias, o governo brasileiro se esforça intensamente para manter um ambiente coeso e lutar contra as influências que poderiam prejudicar a harmonia dentro do estado. Os líderes e elites usavam e continuam a usar a língua para promover o nacionalismo e criar uma identidade brasileira. Os portugueses declararam a língua portuguesa a língua nacional da colônia para dominar os que não falavam. A ditadura militar usou a língua para reprimir a insurreição, e a língua é usada hoje para marginalizar os povos indígenas. Ao longo da história e ainda hoje, o governo brasileiro usa seus recursos linguísticos para dar a impressão que o Brasil é um país unido e monolíngue. O governo também obriga a fala de uma língua oficial para combater as influências estrangeiras que poderiam prejudicar seu controle do país.

A política linguística

O ramo da linguística que estuda como os governos e entidades políticas manipulam e usam a língua para alcançar seus objetivos é chamado a política linguística. Porém, há muitas diversas interpretações e definições da política linguística. O linguista John E. Joseph diz que a política linguística é uma série de escolhas feitas por um governo que determina o relacionamento entre a língua e a vida social. Ele também diz que os idiomas são construídos pelas entidades políticas para alcançar seus objetivos (4). A língua não pode ser estudada fora desse contexto político porque faz parte da identidade política. O linguista Louis-Jean Calvet focaliza na teoria sociolinguística, o ramo da linguística que estuda a relação entre a língua e a sociedade. Calvet não se interessa na língua só como um método de comunicação e diz que a língua cria diversas atitudes nas suas respectivas sociedades que vêm de normas adotadas pelos falantes. Essas normas

estabelecem um uso certo da língua e uma maneira certa de falar. Calavet também propõe que os documentos e as atividades do governo possam afetar ou alterar o idioma do povo (2). As teorias do Calavet contribuem à formação da política linguística.

O linguista Frederick Newmeyer expandiu a conversa acadêmica sobre a relação entre o poder e as línguas. Ele explica como as revoluções e mudanças econômicas produzem revoluções linguísticas correspondentes. Adiciona que há línguas feudais, línguas capitalistas, línguas socialistas e outras (115). Por exemplo, ele explica como Josef Stalin afirmou uma certa forma de gramática que Newmeyer descreve como “linguística soviète”. Ele diz que tal como as sociedades desenvolvem em maneiras diferentes, as suas línguas também desenvolvem em maneiras diferentes. Por exemplo, ele detalha como a maneira que um trabalhador francês falava é muito diferente da maneira que um nobre francês falava (116). Além disso, no seu livro *Power, Language, and Authority*, David Bell redefine a política em termos de comunicação e linguística. Ele diz que as palavras são as lentes pelas quais as pessoas percebem o mundo, e que todos os relacionamentos humanos são relações políticas. Ele propõe que toda nação precisa de alcançar uma identidade nacional e a língua ajuda a alcançar essa identidade (15).

Norman Berdichevsky escreve que a suposição que uma língua nacional é o idioma mais falado de um povo é errada. Em contraste com Bell, Berdichevsky escreve que uma língua única não deve ser adotada como uma parte integral da cultura e da identidade nacional, e uma língua nacional não é um requisito necessário para formar uma nação. Ele diz que a língua nacional é manipulada pelas pessoas que querem eliminar qualquer diferença entre os dialetos de um idioma para inculcar um sentido de unidade nacional. Os políticos, historiadores e outros líderes têm motivo de promover um dialeto puro que é livre de influências estrangeiras como o dialeto correto (Berdichevsky 2). Portanto, Berdichevsky argumenta que o mapa dos territórios políticos não é o mesmo do mapa linguístico. Países como Índia, África do Sul e Turquia exemplificam esse conceito. Mesmo que uma língua nacional tenha sido imposta nas habitantes desses países pelos colonizadores, essa língua impostora não ficou. As outras influências comuns como a cultura, ideologia e religião fizeram com que essas regiões adotassem outros idiomas além daqueles que foram impostos sobre eles pelos impérios (Berdichevsky 8).

Em resumo, a política linguística é um termo abrangente que explica como a relação entre o poder e a língua é uma ferramenta que os líderes políticos usam para atingir uma identidade nacional. Geralmente, essa tática é manifestada nos documentos e atividades do governo que podem afetar ou alterar o idioma do povo.

A política linguística no Brasil

O Brasil é o único país da língua portuguesa na América Latina. Para se diferenciar dos países ao seu redor e aumentar o nacionalismo, os líderes brasileiros enfatizam que o Brasil é um país lusófono. Isso contribui à percepção que o Brasil é um país linguisticamente homogêneo (Massini-Cagliari 5). Portanto, um país só pode ser verdadeiramente linguisticamente homogêneo se todos os habitantes comunicam com o mesmo idioma (Rajagopalan 72). Mesmo que a grande maioria dos brasileiros falem português, o Brasil não é um país linguisticamente homogêneo. Dentro das fron-

teiras do país, são faladas mais de 170 línguas indígenas e mais de 30 línguas europeias ou asiáticas (Massini-Cagliari 5). Também, muitas pessoas dentro do Brasil moram em comunidades onde não comunicam apenas em português (Rajagopalan 72).

Além dessa percepção errada, a linguística profunda do português brasileiro não é muito afetada pelas outras línguas. Com certeza, o português brasileiro foi moldado por influências dos idiomas africanos e indígenas. Portanto, essas línguas afetavam mais o léxico do português, que é o nível mais superficial da língua (Rajagopalan 72). Esses outros idiomas influenciam os nomes das comidas, lugares específicos e animais. Isso aconteceu porque depois da chegada dos europeus no Brasil, os portugueses foram obrigados a aprender as línguas indígenas para converter as tribos ao cristianismo e adquirir conhecimento sobre a terra. Durante suas expedições, os colonizadores aprenderam com os índios a toponímia e o vocabulário da fauna e da flora. Muitas dessas palavras foram posteriormente incorporadas no português brasileiro (Bíziková 7). Portanto, mesmo que o português tenha sido influenciado pelos outros idiomas, não foi afetado numa maneira profunda. Mais vocabulário foi adicionado ao léxico do português, mas os outros aspectos linguísticos mais profundos do português brasileiro não foram influenciados.

A promoção de uma identidade única no Brasil usando a política linguística

A história linguística do Brasil é uma sequência de táticas homogeneizadoras e repressivas. Na primeira metade do século vinte, 67 línguas indígenas desapareceram do Brasil. Das 1.078 línguas faladas no ano 1500, ficaram só 170 no ano 2000, ou somente 15 por cento do total (Oliveira 10). Várias destas línguas já estão fracas e são faladas por populações pequenas. É provável que essas línguas não resistam ao avanço inexorável do português (Oliveira 11). A maneira que o governo brasileiro usa a língua para reprimir as influências estrangeiras e promover uma identidade única pode ser vista nas seguintes ações e códigos governamentais.

Direito dos Índios

A primeira maneira compreensiva pela qual os portugueses utilizaram a língua para assistir na sua conquista do Brasil foi o decreto do Diretório dos Índios, que foi declarado por Marquês de Pombal em 1755. Essa lei buscava incorporar o índio à sociedade dos brancos com o propósito de defender o território colonial das influências indígenas. Também, o direito estabeleceu o português como o único idioma do Brasil e proibiu o uso de outros idiomas (Massini-Cagliari 35). Essa lei consolidou o poder nas mãos dos portugueses porque só eles falavam português. Como resultado do Direito dos índios, só pessoas que falavam português poderiam ter posições de liderança e fazer parte da sociedade da colônia. Também, o uso de português foi exigido em todas as escolas. Os indígenas não poderiam receber uma educação e progredir na sociedade se não falassem português. Por meio desse direito, os portugueses usaram a língua para solidificar seu controle sobre o Brasil colonial, marginalizar os estrangeiros e indígenas e diminuir o poder das influências de outras línguas no português.

Getúlio Vargas e o Estado Novo

Depois da colonização do Brasil, a língua ainda foi utilizada para consolidar o poder e contrair as influências que poderiam contribuir à desunião e diversificação. Durante a presidência de Getúlio Vargas nos anos de 1937 a 1945, o governo se esforçou para reprimir as influências contrárias e promover uma identidade brasileira usando a ferramenta da política linguística. Nessa época, os oficiais do Estado Novo reprimiram os idiomas dos imigrantes. Existiam várias comunidades grandes de imigrantes alemães e italianos nas cidades brasileiras. O governo tomou posse das escolas nessas comunidades e fechou os jornais alemães e italianos. Além disso, passou uma lei que proibiu a fala de outras línguas em público. As pessoas que desobedeceram essa lei foram acusadas de “crimes idiomáticos” e aprisionadas (Oliveira 24). Essa atmosfera de terror e vergonha enfraqueceu as influências dessas línguas e aboliu a sua reprodução. De acordo com o censo de 1940, mais que 644.458 cidadãos brasileiros falavam alemão cotidianamente no lar e 458.054 falavam italiano (Mortara 20). Portanto, por causa das políticas repressivas do governo do Estado Novo, essas línguas perderam sua posição na sociedade brasileira. Seus falantes falaram português em lugar dessas línguas. Os que não se conformaram com as leis do Estado Novo foram deslocados das cidades maiores para as zonas rurais (Mortara 22). É claro que o governo de Getúlio Vargas usou a política linguística para anular a influência de outras línguas no Brasil e marginalizar os cidadãos que não queriam se incorporar completamente na sociedade brasileira. O governo fez isso para facilitar a capacidade de manter controle sobre a população e minimizar a possibilidade de insubordinação. Forçando as pessoas a falar uma língua única ajudou o governo a legitimar o seu regime autoritário e manter controle da população.

A Constituição de 1967

Trinta anos depois do golpe do Estado Novo, o Brasil entrou num outro período de regime autoritário. Depois do golpe militar de 1964 que derrubou o presidente João Goulart, os militares nacionalistas e conservadores aboliram os partidos políticos, cancelaram as eleições presidenciais de 1965 e obrigaram o Senado e a Câmara de Deputados a aprovar a Constituição de 1967. Essa constituição aumentou a influência do poder executivo sobre o legislativo e judiciário e deu ao governo poder total sobre a vida dos cidadãos.

De acordo com o título II, capítulo 2, artigo 147 da Constituição de 1967, “aqueles que não podem se expressar no idioma nacional, não têm o direito de votar” (Brasil 1). O governo brasileiro usou essa tática para afirmar seu controle do país e combater influências estrangeiras. Essa lei tornou a oportunidade de votar, que era um dos direitos básicos de um cidadão, contingente à sua capacidade de falar português. Essa lei excluiu pessoas indígenas, imigrantes, minorias e outros grupos demográficos da participação política. Essa foi uma maneira que o regime militar tentou excluir as pessoas que não se encaixavam na definição de um brasileiro típico e que o governo queria que formasse a fundação de sua sociedade homogênea e autocrática. Essa lei também estendeu o controle do governo sobre as pessoas, porque o governo tinha o poder de definir qual era o português correto que uma pessoa precisava falar para ter o direito de votar.

O título IV da Constituição de 1967 pronunciava que “educação primária deve ser administrado na língua nacional”. Essa foi uma outra tática que o governo utilizou para conservar seu controle sobre a sociedade brasileira. Se a educação primária fosse administrada em português, as crianças dos indígenas e imigrantes teriam mais incentivo a deixar de falar suas línguas nativas e usar o português para se assimilar na sociedade. O governo estabeleceu essa lei para aniquilar essas línguas diferentes e criar uma sociedade brasileira onde todo mundo falasse português independente de sua origem. A promoção de uma única língua ajudava a criar um ambiente de harmonia no país inteiro (Silva Santana 3).

Estatuto do Índio

A estratégia de usar a política linguística para promover uma única identidade brasileira não é um acontecimento restrito aos governos autocráticos do passado. O Estatuto do Índio é uma lei brasileira que delineia o decorrer das relações do estado e da sociedade com os povos indígenas e foi estabelecida em 1973. Artigo 1 dessa lei diz: “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (Brasil 1). Mesmo que essa lei explique que os direitos dos índios devem ser preservados, o seu propósito é integrar as comunidades indígenas numa única sociedade nacional (Silva Santana 10). O foco dessa lei é baseado na ideia que os povos indígenas precisam ser integrados na sociedade. Esse conceito permite o uso da política para discriminar contra essas pessoas e eliminar a diversidade. Promove a ideia que a sociedade brasileira não deve ser diversa, mas deve ser uma sociedade homogênea. Essa lei autoriza o governo a usar a política para promover o uso de português nas comunidades indígenas em lugar da promoção de suas línguas nativas.

Projeto de Lei Número 1676 de 1999

Em 1999, o deputado federal Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil de São Paulo, apresentou o projeto de lei PL 1676/99, que sugeria a redução de palavras estrangeiras na imprensa como forma de promover, proteger e defender a língua portuguesa (Brasil 1). Essa lei proibiria o uso de palavras estrangeiras no Brasil e designaria algumas palavras como “palavras abusivas”, ou palavras estrangeiras que têm palavras equivalentes em português e prejudicam o uso de português no Brasil. O propósito desse projeto de lei foi proteger a língua portuguesa das palavras intrusivas de América do Norte e outros países. Portanto, essa lei também é um exemplo do uso de política linguística. Foi uma tentativa do governo brasileiro de promover um único dialeto correto do português, combater influências estrangeiras e fortalecer a impressão que o Brasil é um país monolíngue. Esse projeto de lei também mostra que o governo brasileiro está preocupado que o uso de palavras emprestadas de outras línguas vá prejudicar o sentimento de nacionalismo do povo brasileiro. Portanto, até o governo moderno está tentando usar a política linguística para reafirmar e fortalecer o nacionalismo brasileiro e combater a ascendência de línguas de outros países no Brasil.

O *Jornal Nacional*

Hoje em dia, o governo brasileiro continua a usar a política linguística para criar a imagem de um Brasil homogêneo e unido. A Rede Globo usa o *Jornal Nacional* para criar uma comunidade homogênea no Brasil (Mendes 2). O dialeto certo do português brasileiro é definido pelo português que é falado no jornal. Os jornalistas do *Jornal Nacional*

desenvolvem um sotaque supostamente neutro, sem marcas regionais e promovem a ideia de uma nação homogênea e unida (Mendes 4). A Rede Globo e o *Jornal Nacional* têm controle do dialeto correto, e usam esse poder como uma ferramenta para tentar unir o Brasil e defender contra influências estrangeiras fora e dentro do Brasil (Rajagopalan 54). A Rede Globo escolhe combinar os dialetos dos dois centros urbanos mais importantes do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, para serem usados no *Jornal Nacional*. Portanto, esse dialeto não é um dialeto natural da língua. A maioria dos brasileiros não fala a variedade do português que é promulgada no *Jornal Nacional* (Rajagopalan 55). Portanto, apesar que seja artificial, esse dialeto serve como uma ferramenta conveniente para manipular a percepção das pessoas que esse dialeto é o dialeto certo do português.

Por causa da decisão de criar um dialeto certo para ser usado no *Jornal Nacional*, as outras variedades e dialetos do português são vistas como inferiores. Essas outras variedades são estigmatizadas como dialetos falados pelas pessoas pobres e sem educação. No *Jornal Nacional*, esses outros dialetos são falados na televisão quando se entrevista alguém que foi vítima de uma desastre natural ou um crime (Rajagopalan 54). Nessa maneira, o *Jornal Nacional* brasileiro cria um dialeto correto do português que discrimina e exclui as pessoas às margens da sociedade.

Conclusão

Em resumo, a história brasileira está cheia de momentos em que a classe dominante usou táticas da política linguística para dar a impressão que o Brasil é um país unido e monolíngue, excluir as pessoas às margens da sociedade e combater as influências estrangeiras que poderiam prejudicar seu controle do país. Os colonizadores portugueses, o governo de Getúlio Vargas, o regime militar e até o governo e mídia atual usavam táticas da política linguística para manter seu controle e opor-se às influências estrangeiras. Um entendimento dessas táticas da linguística política e como elas são utilizadas pode ajudar os brasileiros a combaterem a corrupção no seu governo, a serem mais tolerantes de outros idiomas e a aprenderem do passado para que tais políticas de repressão não continuem. Como Antonio de Nebrija sabia, é importante entender o poder da língua no contexto de governar.

Obras citadas

- Bell, David V. J. *Power, Influence, and Authority: An Essay in Political Linguistics*. Oxford UP, 1975.
- Berdichevsky, Norman. *Nations, Language, and Citizenship*. McFarland, 2004.
- Bíziková, Lucia. “Importância das línguas tupis para o português brasileiro.” Masaryk U, 2008, pp. 1–38.
- Brasil. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1967. Planalto.gov.br.
- . Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, L6001. Planalto.gov.br.
- Calavet, Louis-Jean. “Comportamentos e atitudes.” *Sociolingüística: uma introdução crítica*, Parábola, 2002.
- Joseph, John E. *Language and Politics*. Edinburgh UP, 2006.
- Massini-Cagliari, Gladis. “Language Policy in Brazil: Monolingualism and Linguistic Prejudice.” *Language Policy*, vol. 3, no. 1, 2004, pp. 3–23.
- Mendes, Conrado Moreira. “O falar do *Jornal Nacional*: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica.” Tese, U Federal de Minas Gerais, 2006.
- Mortara, Giorgio. *Estudo sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil, n. 2*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatística Cultural, 1950.
- Newmeyer, Frederick J. *The Politics of Linguistics*. U of Chicago, 1988.
- Oliveira, Gilvan Muller. *Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico*. Moura e Silva, 2002.
- Rajagopalan, Kanavillil. “National Languages as Flags of Allegiance, or the Linguistics That Failed Us.” *Identity Politics Journal of Language and Politics*, vol. 1, no. 1, 2002, pp. 115–47.
- . “The Role of Geopolitics in Language Planning and Language Politics in Brazil.” *Current Issues in Language Planning*, vol. 9, no. 2, 2008, pp. 179–92.
- Silva Santana, Antonio José. “Talk Right, Indian! Language Policies and Indigenous Peoples in Brazil.” U of Texas, 28 Mar. 2017. <http://www1.lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2009/santana.pdf>.